

EDUCAR PELA PESQUISA SOBRE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO AMBIENTE ACADÊMICO

Karine Freitas Souza¹
Isaac Santana Santos²
Victor Amaral de Azevedo³
Tawan Nascimento Santos Conceição⁴

Resumo: Este artigo trata de uma pesquisa de iniciação científica sobre a violência de gênero no meio acadêmico. O tema da violência é central em diversos estudos, críticas e reflexões dos variados campos do conhecimento. Notadamente, a partir da década de 1980, as pesquisas sobre violência contra a mulher no Brasil se intensificaram e contribuem para compreensão das dimensões e alcance do fenômeno. Os estudos sobre esse grave problema social cooperam não somente para subsidiar projetos de políticas públicas, mas também respostas institucionais sobre o enfrentamento desse tipo de violência. A pesquisa visa, portanto, conhecer aspectos e relações socioculturais imbricadas nas violências de gênero nos espaços acadêmicos em uma das unidades da Universidade Federal da Bahia (UFBA), através da modalidade de iniciação científica. Este artigo apresenta resultados parciais para compreensão do fenômeno da violência de gênero nos ambientes educacionais e as possibilidades de enfrentamento.

Palavras-chave: Educar pela pesquisa. Violência de gênero. Universidade pública.

1 Introdução

As violências ocorridas dentro dos espaços acadêmicos têm ganhado uma maior visibilidade nos últimos anos, no Brasil. Os casos têm chamado a atenção de coletivos e instituições de ensino superior no país, sobretudo as públicas, reivindicando assim políticas públicas de enfrentamento e combate às violências de gênero, raça e sexualidades, além das violências que ocorrem na perspectiva socioeconômica e institucional.

As instituições de ensino do país têm um papel significativo frente ao combate de quaisquer tipos de violências dentro de seus *campus* e em sociedade. No entanto, é perceptível que ainda há a persistência de casos de agressões nas dependências acadêmicas e espaços de ensino, ações essas que infringem o direito e a privacidade de outrem, expondo as vítimas à importunação, ao medo e até mesmo a depravação física e/ou mental.

¹ Escola de Administração, UFBA, Salvador, Bahia, Brasil, karine.freitassousa@gmail.com

² Escola de Administração, UFBA, Salvador, Bahia, Brasil, isaacss@ufba.br

³ Escola de Administração, UFBA, Salvador, Bahia, Brasil, victor.azvdo13@gmail.com

⁴ Escola de Administração, UFBA, Salvador, Bahia, Brasil, tawan.ufba@gmail.com

Os levantamentos realizados pelos autores deste trabalho indicaram algumas das iniciativas já desenvolvidas por estudantes e profissionais de centros universitários do país como a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) etc. Dentre os instrumentos gerados por tais ações encontram-se cartilhas, protocolos, webinários e artigos científicos que podem ser utilizados por escolas, centros técnicos e universidades para conscientizar, educar e, futuramente, extinguir a violência dos espaços dedicados ao desenvolvimento e a prática do conhecimento.

Tendo em vista tal contextualização, este estudo busca conhecer aspectos e relações socioculturais imbricadas nas violências de gênero nos espaços acadêmicos em uma das unidades da UFBA, através da modalidade de iniciação científica. É preciso trabalhar e tratar sobre o assunto de maneira conscientizadora e estar frente ao combate desses acontecimentos utilizando-se de recursos necessários para punir os responsáveis por seus atos, pois o não comprometimento corrobora em uma maior dificuldade em se enfrentar atos, palavras, gestos e comportamentos violentos, misóginos, racistas e homofóbicos.

2 Referencial Teórico

Partimos da premissa de Demo (2005, p. 5) em que a pesquisa é um princípio educativo e científico, imprescindível no processo emancipatório da pessoa diante de sua formação em “competência humana”. Para ele, todo o questionamento reconstrutivo possibilitado pela pesquisa que compreende a qualidade formal e política do processo é, no fundo, uma prática que precisa ser cotidiana (DEMO, 2005, p. 5). Ainda assim, a pesquisa não se reduz à acumulação de dados, leituras, materiais, experimentos, que não passam de insumos preliminares (DEMO, 2005), afinal, a pesquisa é muito mais. Para o autor:

A pesquisa inclui sempre a percepção emancipatória do sujeito que busca fazer e fazer-se oportunidade, à medida que começa e se reconstitui pelo questionamento sistemático da realidade. Incluindo a prática como componente necessário da teoria, e vice-versa, englobando a ética dos fins e valores (DEMO, 2005, p. 8).

Nesse sentido, é cada vez mais necessário que os sujeitos sejam estimulados a ampliar suas capacidades de reflexão e criatividade, reais promotoras da construção e reconstrução do saber. Diante dessas considerações, Freire (1996, p. 16) afirma que

não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.

A iniciação científica promove para o graduando uma aprendizagem baseada na experiência, no fazer, no conhecer. Sua curiosidade por um tema precisa fazer parte desse processo. Então, trabalhar a violência de gênero no ambiente universitário é tecer aproximações com as práticas dos saberes, das experiências e do conhecimento científico. Isso implica que ambos, docente e discente, sejam críticos e analíticos da realidade que os cerca. Por isso, reafirmamos o que Freire (1996, p. 18) destacou:

como manifestação presente à experiência vital [...] histórica e socialmente construída e reconstruída. Precisamente porque a promoção da ingenuidade para a criticidade não se dá automaticamente, uma das tarefas precípua da prática educativo progressista é exatamente o desenvolvimento da curiosidade crítica, insatisfeita, indócil. Curiosidade com que podemos nos defender de “irracionalismos” decorrentes ou produzidos por certo excesso de “racionalidade” de nosso tempo altamente tecnologicado.

Desse modo, depreendemos que pesquisas de iniciação científica podem promover “horizontes da influência educativa” (DEMO, 2005. p. 57), uma vez que a ampliação da competência do sujeito extrapola os limites do mero trabalhador educado com especialização operativa. Por esse motivo, a pesquisa compõe fortemente o compromisso educativo na universidade pública. A ausência de pesquisa mantém o sujeito excluído do contexto e da reflexão crítica, embasada na capacidade de análise e reflexão. E, nesse sentido, a iniciação científica é imprescindível para o desenvolvimento dos graduandos.

Uma vez situada a importância da pesquisa e sua relação com a aprendizagem, aportamos aos estudos feministas que tratam da violência, desde a perspectiva biologizante em Beauvoir (1980, 2008), e nos aproximamos de Akotirene (2018), que vai abordar sobre a interseccionalidade, e destacamos Ribeiro (2018), que vai tratar de temáticas referentes ao feminismo interseccional, especificamente o negro, ao racismo, ao lugar de fala, ao machismo etc. Em consonância, Hooks (2000) tratará da mulher e sua sexualidade, porém também traz a literatura temáticas voltadas à espiritualidade, à maternidade e outros tópicos. Ademais, ela enfatiza que para se construir uma sociedade voltada a suprir os direitos e deveres de seus habitantes sem quaisquer diferenças é essencial que todos façam isso em conjunto. Contudo, faz uma crítica à maneira com que o feminismo acabou contendo-se somente dentro das academias, e que se o propósito é desconstruir certos pensamentos e atitudes da sociedade, o

primeiro passo considerável é trazer à discussão assuntos feministas para maior popularidade e acessibilidade de tais questões (HOOKS, 2000).

Sobre a violência, consideramos Žižek (2014) que define três concepções de violência: a subjetiva, a objetiva e a sistêmica; ao qual, segundo ele, há diversas dimensões. Os seis capítulos do seu livro trazem uma chamada para uma maior atenção acerca de opor-se a todas as formas de violência, seja ela terror, incitação ao ódio, discriminação racial etc.

2.1 Ambientes acadêmicos e o histórico de violências

A USP é uma das mais importantes universidades públicas do país se mobilizou para o enfrentamento da violência a partir de 2014, quando denúncias de violência sexual nas festas promovidas pelos alunos da Faculdade de Medicina ganharam espaço na mídia. Após uma pesquisa interna foi constatado que o cotidiano acadêmico das mulheres na universidade inclui discriminação e violência de gênero. Identificou-se, também, os espaços onde essas violências mais ocorriam: salas de aula, laboratórios, pesquisas de campo, festas, campeonatos, moradias estudantis e outros espaços universitários onde ocorrem as violências que afetam alunas, funcionárias e professoras.

Dados da pesquisa “Interações na USP” (2018) apontam que mulheres, pessoas trans e não-binárias são os grupos que relatam maiores índices de violência na universidade. Os principais aspectos relatados naquele estudo incluem assédio sexual, moral e psicológico decorrentes de piadas misóginas e sexistas, desrespeito, desqualificação intelectual, acesso desigual a recursos de pesquisas e bolsas de estudos, e a existência do chamado “teto de vidro” - também conhecido como teto de cristal, é uma expressão dada ao fenômeno referente aos obstáculos sofridos pelas mulheres no ambiente de trabalho e em sua ascensão profissional.

Uma vez que a USP adotou providências para combater as violências em seus campus, ela elaborou a cartilha “Violência de Gênero na Universidade”, que em sua composição vai tratar e nomear cada tipo de violência, falar sobre a Lei Maria da Penha, ensinar o passo a passo para a realização da denúncia, além de trazer nas páginas finais todos os contatos e endereços de delegacias, hospitais, núcleos etc. Contudo, foram realizadas análises dessas situações para de certo identificar semelhantes casos no cenário baiano e tomar conhecimento acerca das providências tomadas pelas universidades do estado.

Sabe-se que o tema violência no ambiente acadêmico ainda é pouco explorado no Brasil, face à escassez de experiências publicadas sobre o enfrentamento do fenômeno pelas universidades. A violência no meio acadêmico é um novo desafio para estudos e formulação de estratégias institucionais em seu enfrentamento e isto é possível incluindo os estudantes em todas as perspectivas formativas do tripé ensino, pesquisa e extensão.

Contudo, em 2013, o reitor da então Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), Paulo Gabriel Nacif, reuniu-se com representantes do Núcleo de Gênero, Diversidade Sexual e Educação da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis e do Núcleo Capitu de Ensino, Pesquisa e Extensão em Gênero, Diversidade e Sexualidade; e em conversa com a instituição, reivindicaram e garantiram apoio institucional ao combate da violência de gênero e homofobia no espaço universitário.

A UFBA lançou no dia 9 de outubro de 2018, durante um evento realizado no Auditório I da Faculdade de Arquitetura, a campanha intitulada “Não deixe a violência passar de boa” (TAVARES, 2018). O encontro propôs uma maior abertura para se falar e debater sobre a temática e, por meio da atitude tomada pela instituição, vê-se quão grande é a necessidade de combater, ainda atualmente a ocorrência de ações que violam os direitos humanos dentro do âmbito acadêmico. Segundo a fala do reitor João Carlos Salles, o intuito estava centrado em transparecer que “uma instituição pública, especialmente uma universidade, não pode favorecer, alimentar ou tolerar a violência, de qualquer tipo”.

A Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) lançou uma campanha chamada “#ÉCrime – UFOB sem Assédio” para “sensibilizar toda a comunidade universitária para as situações que configuram assédio moral ou sexual e para as penalidades relativas a esses tipos de crime”. O projeto elaborou e produziu juntamente com a Assessoria de Comunicação (Ascom/UFOB) materiais visuais/peças digitais que foram divulgadas no portal da Instituição e em suas redes sociais.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Avon, em parceria com o Data Popular (2015), indicou a percepção dos jovens diante da violência contra a mulher nas faculdades e apontou que mais da metade das entrevistadas já foi vítima de machismo. Precisamente, o estudo indicou que 2,9 milhões de estudantes brasileiras já sofreram alguma violência de gênero na universidade, e 64% dos alunos e 78% das alunas concordam que o tema deveria ser incluído nas aulas. Em nosso entender, precisa também ser incluído nos demais fundamentos da universidade, a pesquisa e a extensão.

A urgência do tema que aflige toda a sociedade ocidental nos espaços acadêmicos permitiu propor uma investigação do fenômeno no espaço da UFBA, especificamente na Escola de Administração, onde está localizado o Mestrado Profissional de Segurança Pública, Justiça e Cidadania (PROGESP).

2.3 O corpo feminino e o diverso nas universidades

Com a revolução sexual na década de 1960 do século XX, novas ideias sobre diversidade e individualidade passaram a ganhar outros contornos sobre como são percebidos o masculino, o feminino e o neutro, se pensarmos em sexualidade e gênero. As lutas, estudos e agendas feministas decorrentes desse período abordaram as relações de dominação, igualdade e desigualdades entre homens e mulheres, contribuindo para profundas reflexões sobre os corpos, considerando que as diferenças biologizantes não mais deveriam servir como argumentos para opressão das mulheres em relação à sua posição social. Tampouco a identificação de gênero seria em função da diferença biológica. Para além dessas proposições, as diferenças sociais e identitárias incluem a cor da pele, classe, etnia, entre outros. Para o feminismo, os estigmas operam nas violências de gênero, tanto na compreensão quanto nas performances de gênero, principalmente naquelas performances que contrariam o modelo hegemônico.

Ao considerarmos Levi-Strauss (1976, p. 334), quando afirma que “[...] recusamos admitir o próprio fato da diversidade [...]; preferimos lançar fora [...] tudo o que não se conforma a norma sob a qual se vive.”, entendemos, em parte, o porquê das exclusões relativas àqueles tachados principalmente de diferentes. Nesse sentido, as múltiplas identidades de gênero terminam por embaralhar códigos sociais e discursos sofrendo, portanto, violências diversas, o que ocorre também nos espaços acadêmicos.

Por isso, há a necessidade de pesquisas acerca de temas como feminismo, machismo, estudos *queer* etc. e suas relações com o ambiente universitário, para estruturar e elaborar protocolos e instrumentos que ajudem as mulheres e LGBTQIA+ a ingressarem, permanecerem e concluírem as suas graduações, mestrados, doutorados e afins. Ademais, de conceder aos indivíduos um espaço de desenvolvimento cognitivo e cultural e um palco para exporem suas experiências e vivências. Ribeiro (2018) vai dizer que “é necessário usar seu espaço de

privilegio para dar espaço a grupos que não o têm, até porque esse privilegio foi construído em cima das costas de quem foi e é historicamente discriminado”.

3 Metodologia

A pesquisa é exploratória e partiu de uma revisão bibliográfica que considera os estudos feministas (RIBEIRO, 2018; AKOTIRENE, 2018; HOOKS, 2000), sobre violência (ŽIŽEK, 2014) e pesquisas realizadas pela USP e Instituto AVON sobre violência de gênero e no ambiente acadêmico. Está ancorada nos pressupostos da educação pela pesquisa (FREIRE 1996; DEMO, 2005) por se tratar de um projeto vinculado à Iniciação Científica do PIBIC/UFBA.

Tratando-se de resultados parciais, até o momento foram realizadas revisões bibliográficas, apresentação de vídeo-pôster em congresso e uma sessão Cine-Debate com o documentário “Quem cala não consente”, produzido e dirigido por Aline Fornel e Cintia Kavaguti, como projeto de Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Social/Jornalismo, apresentado na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), *campus* Frutal.

A segunda fase da pesquisa em curso visa conhecer as vozes dos sujeitos que trabalham, estudam e comungam dos espaços de uma das unidades da UFBA, a Escola de Administração. A pesquisa verificará as possíveis ocorrências de violências de gênero já experimentadas no ambiente acadêmico. Para a segunda fase, a investigação contará com a realização de entrevistas com roteiro semiestruturado e questionários aplicados *on-line*, direcionados às mulheres de 03 grupos: docentes, discentes e técnico-administrativos.

Como resultados da pesquisa em desenvolvimento, pretende-se contribuir com um estudo relevante para a criação futura de estratégias e produtos de mídia social, em conjunto com a comunidade interna, alunos, funcionários e professores; direção e coletivos de gênero da universidade, de modo a ampliar e fortalecer o enfrentamento de qualquer violência de gênero e/ou violação de direitos humanos nos espaços acadêmicos.

A USP desenvolveu sua política de enfrentamento da violência a partir do conhecimento dos estudos sobre as práticas positivas na prevenção e enfrentamento da violência no espaço universitário em um país europeu e outro da América latina (México e Reino Unido). De modo semelhante, a segunda fase da pesquisa contará com o levantamento dos produtos (cartilhas,

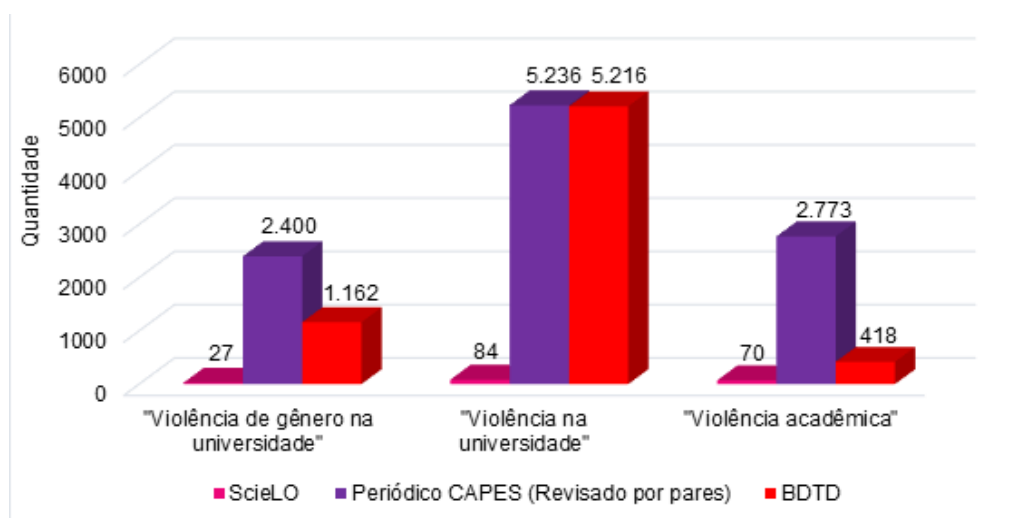
manuais, protocolos) disponíveis *on-line*, para compor um quadro de referências para uma futura proposição de produtos pela unidade universitária.

4 Resultados Parciais

Destacamos os principais resultados preliminares da primeira fase da pesquisa. Os primeiros passos estiveram focados na realização de levantamentos dos estudos e informações da mídia relacionadas à violência de gênero nas universidades brasileiras. Por meio de ferramentas de pesquisa e indexadores, foram feitas buscas sobre os temas referentes ao projeto a fim de localizar trabalhos acadêmicos e científicos.

A pesquisa realizou o levantamento bibliográfico com fichamentos e resumos dos principais autores que lastreiam o estudo. Foram realizadas pesquisas nos indexadores ScieLO (Biblioteca Eletrônica Científica *On-line*), Periódicos CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e BDTD (Biblioteca Digital de Teses e Dissertações) para verificar a quantidade de artigos, teses e dissertações entre os anos de 2014 e 2021. Os termos utilizados para o levantamento foram: “violência de gênero na universidade”, “violência na universidade” e “violência acadêmica”. Os dados obtidos foram consolidados no Gráfico 1, que segue:

Gráfico 1 - Artigos, teses e dissertações - 2014 a 2021



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).



Uma leitura breve do gráfico permite inferir que, dentro da pauta “violência de gênero na universidade”, o local que mais concentra estudos é o portal de periódicos da CAPES com 2.400 materiais. Depois, sobre “violência na universidade”, nota-se uma disputa quase igualitária entre o portal de periódicos da CAPES e a BDTD com 5.236 e 5.216 trabalhos, respectivamente. Por fim, quando o termo da busca foi “violência acadêmica”, o portal de periódicos da CAPES saiu na frente com 2.773 resultados.

Apesar dos resultados obtidos, foram encontrados alguns dos protocolos já criados por centros universitários do país. Em 2016, o Grupo de Estudo e Pesquisa em Gênero e Mídia (GEM) da Universidade Federal de Federal da Paraíba (UFPB), tomando caso das violências que vinham ocorrendo nas celebrações da instituição, facilitou a realização de denúncias por mulheres vítimas de agressões e assédios em seu ambiente universitário com o lançamento de uma plataforma. O projeto nomeado como “Um Grito por Elas: mulheres da UFPB contra a violência” tinha o intuito de mapear os tipos e casos de violência na no campus, porém o site se encontra inacessível atualmente.

Segundo informações publicadas em sua rede oficial de comunicação, a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) estabeleceu normas referentes a casos de violência contra a mulher. A instituição que já fazia parte da Rede Municipal de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, onde foram dados os primeiros passos do projeto, iniciou o desenvolvimento desses instrumentos por meio de uma proposta apresentada pela União Brasileira de Mulheres de Ouro Preto (UBM) à UFOP, tendo sua base na resolução da Universidade Federal de Goiás (UFG). Ademais disso, o Diretório Central de Estudantes (DCE), o Núcleo de Investigações Feministas (Ninfeias), a Ouvidoria Feminina Athenas e os grupos voltados a questões de gênero na Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (Prace) também foram ouvidos.

Após pesquisas, foram encontrados alguns mecanismos adotados pela UFG. No dia 19 de maio de 2017, o conselho universitário dessa IES dispôs de procedimentos a fim de combater quaisquer situações de violência no âmbito da instituição. Por meio da Resolução CONSUNI nº 12/2017, criou-se a Comissão Permanente de Acompanhamento de Denúncias e Processos Administrativos Relacionados à Questões de Assédio Moral, Sexual e Preconceito. E, como forma de incentivar a denúncia de seus casos, o artigo nº 8 diz:

Art. 8º Por provocação da parte ofendida, por representação ou de ofício pela autoridade que tiver conhecimento da prática de assédio moral, sexual ou preconceito, a denúncia deve ser formalizada à Ouvidoria da UFG, diretamente ao Gabinete do

Reitor ou à Direção da Regional da UFG (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2017, p. 2).

Além disso, no dia 1º de dezembro de 2017, o Conselho Universitário da UFG instituiu a Política Interinstitucional de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público, o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (SIASS/UFG) e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor de sua entidade por meio da Resolução CONSUNI nº 46/2017. Uma de suas diretrizes aborda justamente a respeito de assédios e violências, ela diz:

III- Qualidade de Vida no Trabalho e Participação dos Servidores: implementar política para melhoria das relações e condições de trabalho; mobilizar para participação dos servidores nas ações de promoção, educação e proteção da sua saúde, ampliando a conscientização, a corresponsabilidade, a autonomia e o protagonismo dos servidores na adoção de práticas individuais e coletivas que identifiquem os condicionantes e/ou determinantes de saúde, capazes de contribuir para a melhoria dos ambientes e processos de trabalho, **com vistas à redução sistemática das ocorrências de assédios e violências no ambiente de trabalho**; (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2017, p. 6, grifo nosso).

Uma das universidades que demonstra melhor se apresentar frente ao combate dessas violências é a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Em uma rápida busca foi possível encontrar o Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência (LEG), uma página do próprio domínio institucional que possui abas explicativas sobre o projeto, casos de violências ocorridos na universidade, eventos, a saber, o I, II e III Encontro Nacional de Estudos de Gênero”, ademais de publicações científicas. Em uma das lacunas diz que:

O Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência, da Universidade Federal do Espírito Santo (LEG/UFES) tem dentre seus objetivos a congregação de pesquisadores e estudantes para o desenvolvimento, reconhecimento e formalização de pesquisas e de atividades na área de Estudos de Gênero, além de ser um espaço de interlocução acadêmica entre alunos de graduação e de pós-graduação da UFES e outras instituições, interessados na realização de pesquisas sobre gênero. Pretende, ainda, construir parcerias com outras instituições nacionais e internacionais com o intuito de desenvolver projetos de ensino e de pesquisas relacionados aos estudos de família, as relações de gênero e a sexualidade, promover congressos, seminários, encontros, reuniões científicas, cursos de atualização e incentivar a publicação dos trabalhos realizados (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, 2021).

Além da existência do Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Educação (NEPS) e o Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades (GEPSS), ambos da própria UFES. Essa ação reflete o compromisso da universidade com a sua comunidade, com os princípios do respeito à diversidade e ao espaço democrático que a instituição representa, não omitindo-se ou invisibilizando as violências, mas tornando-as cada vez mais visíveis e fornecendo instruções

de como enfrentá-la, não obstante aos postulados freireanos de educação como autonomia, liberdade e combativa às formas de opressão. Com isso, foram identificadas que várias universidades no país, a exemplo da UFG, da UFES e da USP, já criaram comissões, diretrizes, protocolos de enfrentamento, códigos de conduta, manuais e cartilhas e outras iniciativas para lidar com as violações.

Os instrumentos encontrados e a seleção dos documentos subsidiaram futuramente na criação de semelhantes produtos na Escola de Administração da UFBA, visando a conscientização de todos os membros da sua comunidade no enfrentamento à violência na unidade. O projeto e as suas bibliografias preliminares foram apresentados em fevereiro de 2021, no Congresso Virtual da UFBA. A pesquisa foi representada por meio de um vídeo pôster elaborado por um bolsista PIBIC, com duração aproximada de 5 minutos. A Figura 1, a seguir, trata do cartaz com dizeres sobre a pesquisa apresentada no evento.

Figura 1 - Cartaz do Congresso Virtual da UFBA 2021



Fonte: Isaac Santos (2021).

Passados alguns meses do Congresso, em maio, realizou-se uma ação extensionista com uma Sessão Cine-Debate para exibição e discussão do documentário “Quem cala não consente”, produzido e dirigido por Aline Fornel e Cintia Kavaguti, com a participação de alunas da UEMG, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e USP – *Campus* São Carlos. O curta-metragem aborda questões a respeito da violência de gênero no espaço acadêmico universitário pela ótica das mulheres estudantes das instituições.

A sessão teve duração de uma hora e meia e o debate permitiu a participação de entidades estudantis, estadual e nacional, a saber, UEES (União Estadual dos Estudantes - Bahia), além da presença do Diretório Acadêmico de Secretariado Executivo - UFBA, de uma representante da Ouvidoria da Escola de Administração da UFBA e de estudantes da mesma instituição, da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), da Universidade Católica do Salvador (UCSal), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), entre outros participantes externos à universidade representando a sociedade civil. A Figura 2, que segue, apresenta o cartaz preparado para o evento em referência.

Figura 2 - Cartaz Cine-Debate



Fonte: Isaac Santos (2021).

5 Considerações Finais

O tema da violência de gênero nos espaços acadêmicos é urgente. Os estudos sobre o problema no Brasil são escassos, assim como as políticas institucionais de enfrentamento. Não se sabe a real dimensão da questão e as pesquisas existentes e futuras poderão ajudar a pensar propostas que envolvam toda a comunidade acadêmica na promoção de ambientes seguros e respeitosos para todos. Até o momento, os casos mais visíveis por ocasião de divulgação nas mídias são os mais conhecidos. Na Bahia foram verificadas poucas notas nas mídias, assim como ações no sentido de coibir e combater a violência de gênero em seus espaços. Não foram encontrados até o momento, dispositivos educativos (manuais, protocolos, cartilhas) à disposição da comunidade acadêmica para orientar sobre providências e encaminhamentos de denúncias nas instituições baianas.

Por isso, os procedimentos acima citados são importantes ferramentas no reconhecimento, enfrentamento e punição de atitudes violentas, demonstrando, assim, ser um assunto de extrema necessidade, pois segundo Ribeiro (2018), “é ter consciência dos problemas que nos afligem e criar mecanismos para combatê-los”. Portanto, a análise de todos os documentos e instrumentos aqui relatados, ajudaram à orientadora, ao bolsista e aos voluntários no surgimento de ideias para sugerir a estruturação e elaboração de um mecanismo claro, conciso e de fácil acesso e mobilidade a toda comunidade da Escola de Administração da UFBA.

Por se tratar de resultados parciais, este artigo não apresenta mais informações sobre o tema, como as tabulações das entrevistas com o corpo diretivo e questionários que ainda serão aplicados ao corpo funcional, docentes e discentes da escola, para tabulação e apresentação dos resultados.

Referências

AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade**. Coordenação Djamila Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BEAUVOIR, S. de. **O Segundo sexo**. Vol. 1: Fatos e Mitos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BEAUVOIR, S. de. **O Segundo sexo**. Vol. 2: A Experiência vivida. Lisboa: Bertrand Editora, 2008.

DEMO, P. **Educar pela pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

G1. **Grupo lança plataforma de denúncias de violência contra a mulher na UFPB**. 27 jul. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2016/07/grupo-lanca-plataforma-de-denuncias-de-violencia-contramulher-na-ufpb.html>>. Acesso em: 25 maio 2021.

HOOBS, B. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrematadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2000.

LÉVI-STRAUSS, C. Raça e História. In: LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia Estrutural II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

INSTITUTO AVON/DATA POPULAR. **Violência contra a mulher no ambiente universitário**. São Paulo: Instituto Avon/Data Popular, 2015. 7 p. Disponível: <http://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/PesquisaInstitutoAvon_V9_FINAL_Bx20151.pdf>. Acesso em: 25 maio 2021.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Campanha "Não deixe a violência passar de boa" é lançada na UFBA**. UFBA, Salvador, 15 out. 2018. Disponível em: <https://ufba.br/ufba_em_pauta/campanha-nao-deixe-violencia-passar-de-boa-e-lancada-na-ufba>. Acesso em: 25 maio 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTOS. **Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência**. 2021. Disponível em: <<https://legpv.ufes.br>>. Acesso em: 25 maio 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Conselho Universitário. **Resolução nº 12/2017, de 29 de maio de 2017**. Dispõe sobre normas e procedimentos a serem adotados em casos de assédio moral, sexual e quaisquer formas de preconceito, no âmbito da Universidade Federal de Goiás. Goiânia: Conselho Universitário, 2017. Disponível em: <https://sistemas.ufg.br/consultas_publicas/resolucoes/arquivos/Resolucao_CONSUNI_2017_0012.pdf>. Acesso em: 25 maio 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Conselho Universitário. **Resolução nº 46/2017, de 1º de dezembro de 2017**. Institui a Política Interinstitucional de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público da Universidade Federal de Goiás, o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal da Universidade Federal de Goiás - SIASS/UFG e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor. Goiânia: Conselho Universitário, 2017. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/415/o/RESOLUCAO_CONSUNI_Nº_46_2017.pdf>.

Acesso em: 25 maio 2021.

TAVARES, M. **UFBA lança a Campanha** “Não deixe a violência passar de boa”. Faculdade de Farmácia, Salvador, 26 set. 2018. Disponível em: <<https://farmacia.ufba.br/ufba-lanca-campanha-nao-deixe-violencia-passar-de-boa>>. Acesso em: 25 maio 2021.

ŽIŽEK, S. **Violência**: seis reflexões laterais. Tradução: Miguel Serras Pereira, 2014.